



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALINNE MAYARA BARBOSA DE MORAIS

“ENSINANDO A TRANSGREDIR”: professoras negras da UFRPE e seu
reconhecimento na academia

Recife
2026

ALINNE MAYARA BARBOSA DE MORAIS

“ENSINANDO A TRANSGREDIR”: professoras negras na UFRPE e seu reconhecimento na academia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.

Orientadora: Júlia Figueredo Benzaquen

Recife

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

M828e Morais, Alinne Mayara Barbosa de.
 Ensinando a transgredir: professoras negras da UFRPE
 e seu reconhecimento na academia / Alinne Mayara
 Barbosa de Moraes. - Recife, 2026.
 43 f.

 Orientador(a): Júlia Figueredo Benzaquen.
 Co-orientador(a): Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva.
 Co-orientador(a): Kassandra da Silva Muniz.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
 Universidade Federal Rural de Pernambuco, Bacharelado
 em Ciências Sociais, Recife, BR-PE, 2026.

 Inclui referências e apêndice(s).

 1. Professores negros . 2. Universidade pública
 . 3. Pedagogia crítica. 4. Capacidade intelectual
 5. Racismo na educação. I. Benzaquen, Júlia
 Figueredo, orient. II. Silva, Maria Auxiliadora Gonçalves da,
 coorient. III. Muniz, Kassandra da Silva, coorient. IV. Título

CDD 300

ALINNE MAYARA BARBOSA DE MORAIS

“ENSINANDO A TRANSGREDIR”: professoras negras da UFRPE e seu
reconhecimento na academia

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Ciências Sociais da Universidade Federal
Rural de Pernambuco, como requisito
parcial para obtenção do título de
Bacharela em Ciências Sociais.

Aprovado em: 02 / 02 / 2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Sociais

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências Sociais

Profa. Dra. Kassandra Muniz (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Letras

À minha mãe, Elenilda (*in Memoriam*), a
mulher negra que me deu a vida e foi
minha primeira professora;
Ao meu amor, Aline, que esteve
comigo em todos os processos e é minha
maior incentivadora;
Às minhas irmãs e irmãos e minhas
sobrinhas e sobrinhos;
A todas as meninas e mulheres
negras que foram impedidas de estudar;
Às professoras negras do ensino
superior;
A mim, pela minha persistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos orixás e a ancestralidade por me permitirem chegar aqui, agradeço a minha família por todo o apoio e a mim por não desistir dos meus sonhos.

Agradeço às professoras Rosa Aquino, Dôra Gonçalves e Denise Botelho, que tiveram cada uma, papel fundamental na minha construção enquanto cientista social e também enquanto mulher negra. Mulheres que transbordam intelectualidade e assumem lindamente a sua negritude nesse espaço acadêmico, elas são referências de onde eu quero chegar e o contato com elas foi muito importante para a conclusão da minha graduação.

Agradeço à professora Júlia Benzaquen, minha orientadora querida, que contribuiu durante toda a pesquisa e também me motivou nos momentos de dificuldade. Agradeço de coração, professora Júlia, por todo o seu apoio e colaboração para esta pesquisa.

Agradeço ao professor Maurício Sardá, meu professor de TCC, por toda a orientação e sugestões oferecidas. Também agradeço ao professor Aristeu Portela, pelas colaborações na banca do projeto.

Agradeço imensamente a todas as professoras que participaram da pesquisa e aceitaram tocar em questões tão sensíveis e por vezes, dolorosas, para contribuir com o estudo. Agradeço tanto pela participação na pesquisa, quanto por serem professoras negras que desafiam as opressões que existem na academia e a partir de sua presença e postura, permitem que as alunas negras se reconheçam também nesse espaço de intelectualidade e liderança.

Por fim, agradeço imensamente às professoras Maria Auxiliadora Gonçalves e Kassandra Muniz, por contribuírem com o meu trabalho na banca avaliadora, e enriquecerem ainda mais a pesquisa.

Ao longo de meus muitos anos como aluna e professora, fui inspirada sobretudo por aqueles professores que tiveram coragem de transgredir as fronteiras que fecham cada aluno numa abordagem de aprendizado como uma rotina de linha de produção. Esses professores se aproximam dos alunos com a vontade e o desejo de responder ao ser único de cada um, mesmo que a situação não permita o pleno surgimento de uma relação baseada no reconhecimento mútuo. Por outro lado, a possibilidade desse reconhecimento está sempre presente

bell hooks, 2013, p. 25.

RESUMO

Esta pesquisa analisa como professoras negras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) vivenciam e interpretam os processos de reconhecimento intelectual na docência universitária, em um contexto marcado por hierarquias de raça e gênero. Parte-se da problematização da sub-representação dessas docentes no ensino superior e da desvalorização simbólica de seus saberes, evidenciando que o reconhecimento acadêmico não se limita à presença numérica, mas envolve disputas por legitimidade intelectual. O estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada no pensamento feminista negro. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professoras negras da instituição, e a análise foi conduzida a partir da análise de conteúdo. Os resultados indicam que o reconhecimento dessas docentes ocorre de forma ambígua: enquanto é mais evidente na relação com estudantes, especialmente negros, mostra-se fragilizado na interação com pares e instituições, sendo atravessado por processos de deslegitimação, racismo institucional e epistemicídio. Como resposta a essas dinâmicas, as professoras desenvolvem estratégias de resistência e afirmação intelectual, como a adoção de práticas pedagógicas críticas, a construção de redes de apoio e a valorização de referenciais teóricos negros. Conclui-se que o reconhecimento intelectual de professoras negras permanece condicionado por estruturas raciais, ao mesmo tempo em que suas práticas tensionam essas hierarquias e ampliam as possibilidades de transformação da universidade.

Palavras-chave: docentes negras; universidade pública; educação crítica; valorização intelectual; epistemicídio.

ABSTRACT

This research analyzes how Black female professors at the Federal Rural University of Pernambuco (UFRPE) experience and interpret the processes of intellectual recognition in university teaching, within a context marked by racial and gender hierarchies. It begins by problematizing the underrepresentation of these professors in higher education and the symbolic devaluation of their knowledge, highlighting that academic recognition is not limited to numerical presence but involves disputes over intellectual legitimacy. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, grounded in Black feminist thought. Data collection was carried out through semi-structured interviews with four Black female professors from the institution, and the analysis was conducted using content analysis. The results indicate that the recognition of these professors occurs ambiguously: while it is more evident in their relationship with students, especially Black students, it is weakened in their interaction with peers and institutions, being traversed by processes of delegitimization, institutional racism, and epistemicide. In response to these dynamics, the professors develop strategies of resistance and intellectual affirmation, such as the adoption of critical pedagogical practices, the construction of support networks, and the valorization of Black theoretical frameworks. It is concluded that the intellectual recognition of Black female professors remains conditioned by racial structures, while their practices challenge these hierarchies and expand the possibilities for transformation within the university.

Keywords: black female professors. public university. critical education. intellectual recognition. epistemicide.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	RACISMO ESTRUTURAL E O LUGAR DA MULHER NEGRA	16
1.1	Raça e racismo	16
1.2	Racismo estrutural e o Dispositivo de Racialidade	18
1.2.1	Epistemicídio e seu impacto no reconhecimento das professoras negras	19
2	RELAÇÃO COM OS PARES	22
2.1	Reconhecimento e pertencimento	22
2.2	Deslegitimação e racismo institucional	24
2.3	Sofrimento psíquico e a importância das redes de apoio	28
3	ENSINANDO A TRANSGREDIR: RELAÇÃO COM OS ESTUDANTES	32
4	CONCLUSÃO	36
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA	42

INTRODUÇÃO

Quantas professoras negras você teve no ensino superior? E além da representação física, como se dá a valorização simbólica dessas professoras? Mais do que questionar sobre presença numérica, essa indagação busca provocar uma reflexão sobre como ocorre o reconhecimento intelectual dessas professoras dentro de uma academia atravessada por hierarquias de poder baseadas em raça e gênero.

Durante toda a graduação no curso de Ciências Sociais tive apenas três professoras negras. Apesar de considerar uma sub-representação, tive a oportunidade de ter como professoras, três mulheres negras, que compartilhavam semelhanças específicas de raça e gênero, mas eram extremamente diversas em cor de pele, sexualidade, religião, personalidade, dentre tantas outras coisas. Assim, principal semelhança entre elas, é que todas transbordavam excelência e intelectualidade, cada uma a seu modo.

Considero que fui privilegiada, pois muitos estudantes concluem a graduação sem jamais terem sido ensinados por uma professora negra, evidenciando um processo mais profundo de exclusão material e simbólica, que atravessa a estrutura do ensino superior brasileiro. Essa realidade se inscreve em um contexto mais amplo de desigualdades educacionais historicamente produzidas. Entre mulheres negras com 25 anos ou mais, 37% não concluíram o ensino fundamental e apenas 15% alcançaram o ensino superior, enquanto entre mulheres brancas da mesma faixa etária esses percentuais são, respectivamente, 27% e 29% (Ipea, 2024). Esses dados revelam um percurso educacional marcado por barreiras estruturais que antecedem a universidade, mas que não se encerram com o acesso ao ensino superior. Ao contrário, tais desigualdades tendem a se reconfigurar no interior das instituições acadêmicas, incidindo diretamente sobre os modos de reconhecimento da atuação intelectual de mulheres negras (Nascimento, 2025).

No âmbito da docência universitária, essas assimetrias tornam-se ainda mais evidentes. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira indicam que 59% do corpo docente das universidades brasileiras é composto por pessoas brancas, enquanto apenas 3% pretas e 18% pardas (Inep, 2024). Essa sub-representação, contudo, não se restringe à dimensão quantitativa. Ela se

expressa também no plano simbólico, por meio da ausência de professoras negras em liderança institucional e ausência de referenciais teóricos negros nos currículos (Lima; Freitas, 2021; Rodrigues; Pires, 2024; Nascimento, 2025).

Assim, mesmo quando conseguem acessar a docência universitária, professoras negras frequentemente vivenciam processos de deslegitimação de seus saberes, questionamentos sobre sua competência intelectual, racismo velado e isolamento institucional, sendo muitas vezes as únicas ou uma das poucas pessoas negras em seus cursos ou departamentos (Aguiar; Silva, 2025). Esses processos tendem a se intensificar quando suas práticas docentes e intelectuais assumem um compromisso explícito com o enfrentamento do racismo, o que frequentemente resulta em maior vigilância, silenciamento e solidão acadêmica (Lima; Freitas, 2021).

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, buscando responder à questão: **Como as professoras negras da Universidade Federal Rural de Pernambuco vivenciam e interpretam seu reconhecimento intelectual na docência acadêmica?**

A pergunta norteou a construção do objetivo geral: compreender como elas vivenciam os processos de reconhecimento que atravessam sua trajetória na docência acadêmica e as estratégias de resistência e autoafirmação intelectual mobilizadas no cotidiano universitário. A partir daí os objetivos específicos: Examinar a percepção das professoras negras sobre seu reconhecimento intelectual na interação com as instituições, seus pares e seus discentes; Analisar suas percepções sobre epistemicídio na academia; Identificar as estratégias de resistência e autoafirmação intelectual desenvolvida pelas professoras.

A inquietação pela pesquisa nasce do desconforto pessoal diante a persistente sub-representação e desvalorização simbólica de professoras negras no corpo docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Pois, embora avanços no acesso ao ensino superior tenham sido registrados nas últimas décadas, esses avanços não se traduziram, de forma equitativa, na ocupação de espaços de poder intelectual e de reconhecimento acadêmico das mulheres negras. Tal cenário evidencia que o problema não se limita ao ingresso na universidade, mas se estende aos modos como a intelectualidade dessas professoras é reconhecida ou deslegitimada no interior das instituições (Nunes; Diniz, 2021; Nascimento, 2025).

Do ponto de vista teórico, a pesquisa busca contribuir com o debate sobre professoras negras no ensino superior, investigando suas trajetórias, experiências e interpretações acerca dos processos de reconhecimento e deslegitimação que atravessam o exercício da docência universitária (Nunes e Diniz, 2021. Nascimento, 2025. Lima e Freitas 2021. Aguiar e Silva 2025). Nesse sentido, o estudo compreende as professoras como intérpretes privilegiadas das dinâmicas de reconhecimento, exclusão e resistência que estruturam o espaço acadêmico.

Do ponto de vista social, a pesquisa se justifica pela compreensão de que o reconhecimento intelectual de professoras negras impacta diretamente a qualidade da formação universitária, a pluralidade epistemológica dos currículos e a construção de uma universidade comprometida com a justiça racial. A deslegitimação de seus saberes não afeta apenas suas trajetórias individuais, mas compromete também toda a sociedade, uma vez que em todos os momentos da história nacional, as mulheres negras trouxeram grandes contribuições para a educação e para toda a sociedade. Tais contribuições estão tanto na área do conhecimento fora da academia, quanto dentro do meio científico, como trata especificamente este trabalho e conta com o aporte teórico de mulheres negras de diversas áreas do conhecimento: sociologia, antropologia, psicologia, psicanálise, educação, dentre outras.

Ao analisar como as professoras negras da UFRPE vivenciam e interpretam os processos de reconhecimento na docência acadêmica, este estudo busca contribuir para o fortalecimento do debate sobre raça, gênero e poder simbólico na universidade, bem como para a formulação de reflexões críticas que possam subsidiar práticas institucionais mais inclusivas e antirracistas na academia, para que as professoras negras não precisem viver sob constante pressão e vigilância, resistindo, mas se sintam pertencentes, acolhidas e possam existir e não apenas resistir na universidade.

Desse modo, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que busca compreender o universo da subjetividade, os significados, valores, crenças e atitudes, um âmbito “mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Maria Cecília Minayo, 2007, p. 22). Assim, a abordagem dialética foi considerada a mais adequada, visto a complexidade do fenômeno estudado (Minayo 2007).

Nesse sentido, o estudo adotou uma abordagem teórica e metodológica baseada no pensamento feminista negro, que considera que a condição de marginalidade na qual as mulheres negras são colocadas socialmente lhes fornece pontos de vista específicos que podem ser valiosos para “enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (Patricia Hill Collins, 2016, p. 101). Nessa empreitada, o universo da pesquisa foi a UFRPE, e a amostra contou com quatro professoras negras de departamentos distintos da universidade. Para preservar o anonimato, as professoras estão identificadas a partir de nomes fictícios em referência às mulheres negras na história, como Aqualtune, Tereza de Benguela, Luísa Mahin e Dandara dos Palmares.

Os dados foram coletados a partir de entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas que buscavam captar a percepção das professoras sobre seus processos de reconhecimento acadêmico¹. A análise se deu com base na análise de conteúdo (Laurence Bardin, 2016), a partir das categorias reconhecimento intelectual e valorização, pertencimento, epistemicídio, relação com os pares e com a instituição, relação com os alunos e estratégias de resistência. O material empírico e o referencial teórico dialogaram durante toda a escrita do texto, desde o primeiro capítulo.

A interpretação ocorreu com base em teóricas negras como Sueli Carneiro (2023) que elabora o conceito de dispositivo de racialidade para explicar a articulação do racismo estrutural, e como ele opera material e simbolicamente na esfera educacional através do epistemicídio, processo simbólico de negação das pessoas negras enquanto sujeitos de conhecimento. Cida Bento (2022) integra o debate, explicando como o racismo opera no âmbito institucional a partir do conceito de pacto da branquitude. Neuza de Santos Souza (2021) colabora ao teorizar sobre os efeitos do racismo na saúde mental das professoras. Patricia Hill Collins (2016) agrega à discussão a partir do conceito de *Outsider Within* (em tradução literal “estrangeiras de dentro”), que teoriza a posição de estrangeira interna vivenciada pelas mulheres negras dentro de seu grupo intelectual. Ao passo que bell hooks (2013) é referenciada no título desta monografia, “ensinando a transgredir”, por elaborar vários elementos que foram identificados nas práticas docentes das professoras entrevistadas e entra

¹ O roteiro utilizado como instrumento de coleta está disponível nos apêndices.

na discussão a partir dos conceitos de conscientização, conhecimento crítico e educação como prática da liberdade.

A Monografia foi estruturada em três capítulos. O primeiro aborda racismo estrutural e o lugar da mulher negra, raça, racismo, preconceito e discriminação, dispositivo de racialidade e epistemicídio e seu impacto no reconhecimento das professoras negras. O segundo capítulo aborda a relação com os pares e a instituição, reconhecimento e pertencimento, deslegitimação e racismo institucional e os efeitos do sofrimento psíquico. O terceiro capítulo aborda a relação das professoras com os estudantes. Por fim, a conclusão com os principais resultados.

1 RACISMO ESTRUTURAL E O LUGAR DA MULHER NEGRA

1.1 Raça, racismo, preconceito e discriminação racial

Para compreender as dinâmicas de reconhecimento presentes na docência universitária de professoras negras, é fundamental analisar como a raça estrutura as relações sociais, operando como um critério de hierarquização que incide diretamente sobre processos de valorização e desvalorização dos sujeitos.

O conceito de raça constitui uma construção histórica que, embora tenha origem nas ciências naturais, foi progressivamente apropriado para organizar e legitimar desigualdades sociais. A noção de raça passou a ser mobilizada para classificar a diversidade humana e, posteriormente, para justificar relações de dominação entre grupos. Desde sua incorporação às relações sociais, o conceito esteve vinculado à produção de hierarquias, como exemplificado na distinção entre Francos e Gauleses na França, na qual a ideia de “pureza racial” foi utilizada para legitimar privilégios e subordinações. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, os critérios de classificação racial foram sendo ampliados, incorporando características fenotípicas como cor da pele e traços morfológicos. No entanto, como demonstrado pelos avanços da genética no século XX, tais classificações não possuem fundamento biológico. Ainda assim, sua permanência no imaginário social evidencia que a raça opera como uma construção social eficaz na organização das relações de poder (Kabengele Munanga, 2004).

Nesse sentido, compreende-se que “por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão” (Silvio Almeida, 2019, p. 18), o que a configura como um conceito histórico e relacional, central para a constituição das sociedades contemporâneas. O racismo, por sua vez, pode ser compreendido como a forma sistemática pela qual essas hierarquias são reproduzidas, manifestando-se por meio de práticas que produzem vantagens ou desvantagens conforme o pertencimento racial. Diferencia-se, nesse contexto, do preconceito racial, entendido como um conjunto de ideias baseadas em estereótipos, e da discriminação racial, que corresponde à materialização dessas ideias em práticas sociais. Essa distinção é relevante para compreender que as desigualdades vivenciadas por professoras negras na docência universitária não se restringem a atitudes individuais, mas se articulam a dinâmicas estruturais mais amplas (Almeida, 2019).

A análise de Neusa Santos Souza (2021) contribui para aprofundar essa compreensão ao evidenciar que a raça atua como um critério de distribuição dos indivíduos na estrutura de poder, operando também no plano simbólico. Segundo a autora, “a categoria racial possibilita que os indivíduos sejam distribuídos em posições diferentes na estrutura de poder” (Souza, 2021, p. 48), o que implica que a busca por reconhecimento por parte de sujeitos negros ocorre em um contexto marcado por exigências de adequação a padrões racialmente hierarquizados. Nesse sentido, o percurso de ascensão social e reconhecimento das professoras é atravessado por processos de assimilação desses padrões, e o quanto mais elas se distanciam dos padrões estéticos e ideológicos brancos, enfrentam mais situações de deslegitimações na academia.

Essa dinâmica também é observada na análise de W.E.B. Du Bois (1999), cuja aponta que a experiência de sujeitos negros em sociedades racializadas é marcada pela dupla consciência, na qual o indivíduo se percebe simultaneamente por si e pelo olhar do outro, evidenciando tensões na construção de sua identidade e pertencimento.

De maneira complementar, para Lélia Gonzalez (1984), o racismo opera como uma “neurose cultural”, sendo atravessado por dimensões de gênero que incidem de forma específica sobre mulheres negras. Nesse cenário, essas mulheres são frequentemente invisibilizadas como produtoras de conhecimento e associadas a posições de subalternidade, o que impacta diretamente seus processos de reconhecimento em espaços como a universidade.

Essas dinâmicas contribuem para a produção de trajetórias marcadas por desigualdades no acesso, permanência e reconhecimento no ensino superior. Ao mesmo tempo, evidenciam a importância de políticas de ação afirmativa como estratégias de enfrentamento dessas desigualdades, na medida em que ampliam as possibilidades de inserção e reconhecimento de professoras negras no espaço acadêmico.

1.2 Racismo estrutural e o “Dispositivo de racialidade”

As barreiras estruturais do racismo, por séculos, excluíram a população negra do acesso à educação. O resultado desse processo se evidencia hoje nos índices de analfabetismo e em todas as etapas educacionais. As mulheres negras que conseguem desafiar essa estrutura e seguir a carreira acadêmica até se tornar professoras universitárias do ensino federal continuam enfrentando barreiras estruturais, institucionais e simbólicas que atravessa toda a sua trajetória educacional e se perpetua na docência dessas mulheres. O racismo ao qual professoras negras no ensino superior estão expostas pode ser até mais intenso, visto que elas desafiam o poder hegemônico, atuando como figura de identidade desestabilizadoras, desafiando as hierarquias raciais nas estruturas de poder (Aguiar e Silva, 2025).

O relato a seguir elucida como essa violência impacta a jornada docente das professoras negras no ensino superior:

Na docência universitária, todos os dias a gente tem surpresa. Sou uma mulher negra, então tem vários processos de resistência. O racismo que se estabelece lá fora se estabelece aqui, às vezes até mais perverso. Porque, por exemplo, a minha prima que trabalha numa linha de produção, numa fábrica, não está tão exposta ao racismo como eu estou, porque esse aqui é o lugar da produção do conhecimento, o lugar da intelectualidade, não é um lugar que está acostumado a ter pessoas negras. Então a gente acaba sofrendo muito mais racismo do que se eu tivesse onde a sociedade espera que pessoas negras estejam. [...] Nós somos um número diminuto e, quando existimos, somos invisíveis. Não sou mulher negra, porque sou mulher invisível (Aqualtune).

O relato evidencia que o reconhecimento na docência universitária não se realiza de forma plena para professoras negras, sendo atravessado por processos de deslegitimação e invisibilização. A afirmação de que “não sou mulher negra, porque sou mulher invisível” expressa uma forma de apagamento simbólico que compromete o pertencimento ao espaço acadêmico, indicando que a presença não garante, por si só, o reconhecimento. A comparação estabelecida pela docente entre diferentes espaços de trabalho revela que, quanto mais próximo do campo da produção do conhecimento, mais intensos se tornam os mecanismos de controle sobre quem é reconhecido como sujeito legítimo de saber. Essa dinâmica aponta para a persistência de uma associação entre intelectualidade e branquitude, que atua como critério implícito de validação (Sueli Carneiro, 2023).

Nesse contexto, o conceito de dispositivo de racialidade, formulado por Carneiro (2023), permite compreender como essas dinâmicas são produzidas e

sustentadas. Inspirada na noção de dispositivo de Michel Foucault, a autora define-o como um conjunto heterogêneo de práticas, discursos e instituições que operam de forma articulada na manutenção das hierarquias raciais. Trata-se, portanto, de uma rede que regula não apenas o acesso, mas também o reconhecimento dos sujeitos nos espaços sociais.

Ao articular o dispositivo de racialidade ao conceito de contrato racial de Charles Mills (1997), Carneiro (2023) evidencia que a supremacia branca constitui um princípio organizador das sociedades modernas, estabelecendo quem é reconhecido como sujeito pleno de direitos e quem é relegado à subalternidade. Nesse sentido, o reconhecimento não se distribui de forma neutra, sendo condicionado por estruturas históricas de poder.

No campo educacional, esse dispositivo se manifesta por meio do epistemicídio, entendido como o processo de deslegitimação e invisibilização do conhecimento produzido por sujeitos negros. Esse processo atua tanto na restrição do acesso quanto na desvalorização simbólica, comprometendo o reconhecimento intelectual dessas docentes.

1.2.1 Epistemicídio e seu impacto no reconhecimento intelectual das professoras

O epistemicídio, conforme proposto por Carneiro (2023), constitui uma das principais estratégias de manutenção das hierarquias raciais, operando por meio da negação da legitimidade do conhecimento produzido por sujeitos negros. Historicamente, esse processo esteve associado à supressão de saberes durante a colonização, sendo posteriormente reconfigurado em práticas educacionais que limitam o acesso e o reconhecimento desses conhecimentos.

No contexto da docência universitária, o epistemicídio se expressa na invisibilização de autorias negras, na ausência de referências nos currículos e no questionamento constante da capacidade intelectual de professoras negras. Como evidenciado no relato de Tereza de Benguela:

“[...] o ser docente, mulher negra, numa universidade, tem um lugar de reconhecimento. Mas tem um lugar de não reconhecimento, pois as mulheres negras não ‘estão nesse lugar de liderança’ e existe um ‘não reconhecimento de sua capacidade intelectual’”.

Esse tensionamento entre reconhecimento e deslegitimação revela que a inserção dessas docentes na universidade não elimina as dinâmicas raciais, mas as reconfigura em novos termos. A presença no espaço acadêmico passa a exigir constantes estratégias de afirmação intelectual, como forma de enfrentar a desconfiança e a invisibilização.

Durante a entrevista, as professoras foram questionadas se percebem a existência do processo de epistemicídio sobre as mulheres negras na academia. As respostas revelaram que as professoras conhecem o conceito e compreendem como ele se manifesta no cotidiano universitário:

“Se for pegar todo o seu curso, quantas mulheres negras você absorveu? Quantas leituras você teve de autoria de mulheres negras? Qual foi a produção que você entrou em contato? Então, estou te dizendo que é a realidade. Com certeza existe epistemicídio” (Aqualtune).

“Com certeza! É um lugar que, para alguns, ou entre alguns, há uma tentativa de deslegitimação um espaço que é nosso também. Então, há um incômodo muito grande, porque ser mulher negra é o oposto do ser homem branco. Então, é um lugar de “como você está aí!”, “você não pode falar e eu tenho que ouvir”, você não pode trazer outro tipo de pensamento, outro tipo de teoria, outro tipo de aula. Quem é você para fazer isso num espaço que é meu por direito? Então, muita gente branca, homem cis, que nem é rico, mas que se torna, e na verdade, nem se torna, mas que acha que se tornou, ou que está no lugar da burguesia agora, e ainda vem com esses delírios. Mas é isso, estamos aqui. Sempre com elas, com Sueli Carneiro, com Lélia Gonzalez, com Beatriz Nascimento, com tantas mulheres negras que nos sustentam” (Luísa Mahin).

Os relatos das professoras indicam que o epistemicídio se manifesta como apontado por Aqualtune, nos percursos formativos, quando o referencial teórico é exclusivamente branco e teóricas negras são excluídas. Essa ausência não apenas limita o acesso a perspectivas diversas, mas também reforça a ideia de que determinados sujeitos não são reconhecidos como produtores legítimos de conhecimento (Carneiro, 2023).

Além disso, o relato de Luísa Mahin explicita o epistemicídio como um processo que opera não apenas pela exclusão de referenciais teóricos negros, mas também pela interdição da fala e da autoridade intelectual de mulheres negras. Ao afirmar que “você não pode falar e eu tenho que ouvir” e que não pode “trazer outro tipo de pensamento, outro tipo de teoria”, a professora evidencia a existência de uma hierarquia epistêmica que regula quem pode produzir conhecimento legítimo na universidade. Nesse contexto, o incômodo com sua presença expresso na pergunta “como você está aí!?” revela que o próprio lugar da mulher negra como sujeito do conhecimento é questionado. O epistemicídio, portanto, manifesta-se tanto na

deslegitimação de matrizes teóricas não eurocêntricas quanto na tentativa de silenciar aqueles que as mobilizam. Ao mesmo tempo, ao reivindicar sua permanência e se ancorar em intelectuais negras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, a professora evidencia estratégias de resistência que utiliza nesse processo, reafirmando a produção de conhecimento negro como legítima e necessária no espaço acadêmico (Carneiro 2023).

2. RELAÇÃO COM OS PARES E A INSTITUIÇÃO

2.1 Reconhecimento e pertencimento

“Ser o melhor! Na realidade, na fantasia, para se afirmar, para minimizar, compensar o “defeito”, para ser aceito” (Souza, 2021, p. 73). Assim, dentre as professoras entrevistadas, a percepção de receber reconhecimento na relação com os colegas e com a instituição se faz presente na fala da professora Dandara dos Palmares, que relatou que durante toda a sua trajetória profissional e docente vivenciou o reconhecimento e a valorização por parte dos colegas, das instituições e dos alunos.

Esses processos de reconhecimento e valorização ocorreram tanto nas instituições de ensino superior privadas que trabalhou, quanto na UFRPE. Ela relatou ter ingressado na UFRPE já com a carreira consolidada, e nesse período já era bem reconhecida por sua carreira numa importante instituição de desenvolvimento regional e também na docência superior. Assim, em sua percepção, sua trajetória sempre foi reconhecida e valorizada pela UFRPE e pelos colegas.

A professora Dandara dos Palmares contou sobre sua trajetória, oriunda de uma família pobre e inter-racial, na qual os pais eram operários e tinham seis filhos, ela era a quinta entre os irmãos e “a mais negra” da família. Nesse contexto, a estratégia adotada pela professora desde criança foi estudar muito e com isso, relata que sempre se destacou nos estudos e nos espaços onde atuava, como resultado, frequentemente ocupou cargos de liderança:

Desde muito pequena eu era muito esforçada [...] sempre tirava primeiro lugar. Tudo o que os professores faziam, eu tirava primeiro lugar. Porque parece que eu queria compensar. Porque aí vem a questão da negritude. [...]E eu saí a mais negra da família e quando era criança ouvia dos meus irmãos: “essa negrinha” [...] E foi dentro desse contexto de um preconceito que existia, mas que a gente não se dava conta [...] E aí, o que é que eu fiz? Estudar. Eu fazia diferença estudando. Eu queria estudar muito, muito, muito, muito. Só queria isso. E estudei. E foi no estudo que eu fui fazendo a diferença [...] Ensinar para mim começou na minha igreja, [...] eu era adolescente quando entrei na igreja e fui imediatamente convidada para ensinar no Departamento Infantil de uma congregação da igreja [...] com 17 anos de idade. E foi aí que começou meu trajeto de professora, porque eu me preparava muito [...] Depois, na [...], que eu entrei com 18 anos e aí, aos poucos, eu também fui trabalhando com sistemas, implantação de sistemas, fazendo palestras. Eu viajava muito, ia para todos os escritórios da [...] ia para [cita vários estados do Brasil] e lá eu ia implantar sistemas, então, tinha aqueles grupos grandes para ouvir o que eu estava levando. Depois que eu

fiz o concurso para nível superior e ocupei cargos de confiança, também como coordenadora de departamento. Eu ocupei vários cargos e quer dizer, eu nunca senti que o fato de eu ser negra eu deixava de ocupar alguma coisa, sabe? Apesar de que eu era sempre uma pessoa discreta até de certa forma, eu era bem mais tímida antigamente [...] Mas eu não me lembro de alguém me tratar diferente ou eu não percebia, porque isso pode acontecer também. Não percebia e foi ótimo não perceber, porque eu fui fazendo o meu trabalho, sempre sendo chamada para as coisas, ia para congresso, para os escritórios da organização, eu ia para todos os estados e aí eu já estava chefeando grupos, equipes, viajando muito. Então, eu sinceramente, tem horas que eu fico meu Deus, será que eu estou me enganando? Será que eu estou escondendo de mim mesma?! Eu fico pensando mesmo, porque eu sei que existe, eu não tenho dúvida que existe, mas em termos de trabalho, não lembro de ter passado por isso e mesmo na Rural [...] Eu fui diretora do departamento e fui eleita pelos meus colegas [...] o próprio departamento fez também um vídeo com meus colegas falando sobre mim, falando coisas lindas sobre mim [...] Eu só tenho a agradecer a Deus, agradecer e agradecer, porque, que coisa maravilhosa! [...]

Ao afirmar que “como eu sou de uma família pobre [...] estudar era a solução” e que “eu fazia diferença estudando”, a professora demonstra a sua preocupação com o seu desempenho e a excelência acadêmica. Esse processo é atravessado por experiências de racialização desde a infância, como revela ao recordar que era chamada de “essa negrinha” entre a família, indicando que sua trajetória educacional foi marcada pela necessidade de constante afirmação. E mesmo sendo uma das mais novas entre os irmãos, ela foi a primeira a concluir o ensino superior em sua família e incentivou os irmãos a fazer o mesmo. Nesse sentido, o sujeito negro, em uma sociedade racializada, constrói estratégias de reconhecimento a partir da internalização de exigências externas, geralmente brancas, buscando legitimar sua presença em espaços historicamente negados. Uma das principais estratégias de aceitação e ascensão social é ser o melhor, essa estratégia se revela na trajetória da professora Dandara (Souza, 2021).

No que se refere à sua inserção profissional, a docente destaca experiências de reconhecimento institucional, afirmando “nunca senti que o fato de eu ser negra eu deixava de ocupar alguma coisa”, e que ao longo de sua trajetória profissional ocupou vários cargos de liderança na instituição de desenvolvimento regional, assim como na universidade anterior e também na UFRPE, onde algumas vezes ocupou cargos de liderança institucional “fui diretora do departamento e fui eleita pelos meus colegas”. Além disso, ela revela que o reconhecimento ocorreu além de outras formas, através de homenagens que recebeu algumas vezes, de estudantes, colegas e do departamento.

É possível perceber o impacto positivo que esse reconhecimento lhe causa, quando ela fala “só tem a agradecer a Deus, agradecer e agradecer, porque, que coisa maravilhosa!”, mostrando que esse reconhecimento fortalece a sensação de pertencimento e promove bem-estar.

No entanto, a narrativa da professora também chama atenção quando ela fala sobre a sofisticação do racismo nas relações familiares durante a infância: “e foi dentro desse contexto de um preconceito que existia, mas que a gente não se dava conta”, assim como a ambivalência quando ela fala sobre a relação com os pares: “ou eu não percebia” o racismo e “foi ótimo não perceber”, pois conforme Souza (2021), em sociedades estruturadas pelo racismo, pessoas negras desenvolvem mecanismos subjetivos de adaptação e assimilação. De maneira complementar, conforme Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade opera de forma difusa e muitas vezes imperceptíveis, estruturando as relações. Assim, compreende-se que o pertencimento pode se constituir de forma complexa, articulando reconhecimento institucional e silenciamento das dinâmicas raciais que estruturam o espaço acadêmico.

3.2 Deslegitimação e racismo institucional

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para decidir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituição são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas (Cida Bento, 2022, p. 19).

A citação contribui para compreender como as professoras percebem o reconhecimento na interação com os pares e com a instituição, evidenciando que suas trajetórias podem ser marcadas por experiências de não reconhecimento e fragilização do pertencimento. Os processos de reconhecimento acadêmico são atravessados por hierarquias raciais e epistêmicas, nas quais as contribuições das professoras negras nem sempre são legitimadas.

Diferentemente da experiência relatada por Dandara dos Palmares, as demais professoras indicam não vivenciar o mesmo nível de reconhecimento institucional e entre os pares. Em seus relatos, emergem situações recorrentes de deslegitimação, como exposto por Aqualtune ao tratar da recepção de sua produção intelectual:

Nas relações entre os pares, eu percebo assim, por exemplo, se eu publico um texto e divido no grupo dos colegas, pouquíssimos retornos têm. Se é um colega branco que publica, ele tem várias observações, vários reconhecimentos. Então eu até entendo que as pessoas nem leem o que eu publico, porque não estão preocupadas em falar de racismo, as pessoas não estão preocupadas em falar de interseccionalidade, mas é muito visível [...] Eu vejo que tenho um reconhecimento muito maior na sociedade, até internacionalmente, do que dentro da própria universidade (Aqualtune).

O relato evidencia a percepção da professora sobre uma assimetria no reconhecimento entre pares, na qual a autoria negra tende a ser menos valorizada. A baixa circulação e recepção de sua produção não se apresenta como um evento isolado, mas como parte de uma dinâmica institucional que regula quem é legitimado como sujeito de conhecimento. Conforme Cida Bento (2022), as instituições operam a partir de vieses racistas e sexistas que contribuem para a invisibilização das contribuições de mulheres negras.

Nesse contexto, a ausência de engajamento com sua produção intelectual indica um mecanismo de silenciamento epistêmico, especialmente quando associado a temas como racismo e interseccionalidade, frequentemente considerados marginais no interior da academia. Essa dinâmica pode ser compreendida à luz do que Bento (2022) denomina de pacto da branquitude, responsável por manter privilégios e hierarquias raciais de forma sistemática. Assim, a não validação da produção dessas professoras atua na delimitação simbólica de quem pertence ao espaço acadêmico.

Quando a professora afirma que “as pessoas nem leem” o que publica, explicita-se não apenas a desvalorização de sua produção, mas também a resistência institucional a determinados campos de conhecimento. Ao mesmo tempo, emerge uma sobrecarga simbólica: temas étnico-raciais são frequentemente atribuídos como responsabilidade exclusiva de docentes negras, deslocando uma questão coletiva para o plano individual. Ainda assim, a professora reafirma sua posição como intelectual, ao destacar sua atuação em espaços acadêmicos externos e sua inserção em circuitos de prestígio.

Essa posição pode ser analisada a partir de Patricia Hill Collins (2016), ao discutir a condição de *outsider within* (em tradução literal, estrangeira interna) das mulheres negras. A partir dessa localização, essas intelectuais desenvolvem uma compreensão ampliada das estruturas de opressão, articulando raça, gênero e classe. No relato, isso se manifesta na percepção crítica da professora sobre o desinteresse

dos colegas em discutir interseccionalidade, evidenciando sua leitura das desigualdades que estruturam o campo acadêmico (Collins, 2016).

Situação semelhante é encontrada no relato de Dandara dos Palmares. Embora a professora vivencie o reconhecimento institucional e com os colegas, ela relata que a única vez em que percebeu ser deslegitimada ocorreu numa situação explícita, em que ele propôs a inclusão de autores negros no currículo curso:

Na verdade, só senti uma vez isso. De um colega, por conta de uma proposta que eu fiz, proposta de ter autores negros, autoras negras no currículo [...] A partir de uma aula inaugural da gente, vieram umas pessoas para falar sobre a questão do racismo, e foi muito interessante, porque o que a professora trouxe foi para a gente refletir [...] Eu também tinha acabado de assistir na UFPE uma aula inaugural em que os alunos provocaram os professores a ter a autoras e autores negros, eles que provocaram. Quando eu vi, eu disse: vou trazer pra cá [UFRPE]. Eu trouxe a proposta, e ela passou dois anos rolando dentro do departamento e eu ouvi um colega dizer para mim: isso é proposta para quem não tem vez na universidade. Ou seja, você está propondo isso porque você não é nada na universidade. Foi assim mesmo: Isso é proposta para quem não tem importância na universidade, aí quer ter importância em todo o custo. Claro que eu não respondi, né? Eu não ia perder meu tempo respondendo uma coisa para uma pessoa que não sabe nem o que está dizendo, e sabe né. Porque aí vem preconceito, preconceito contra mulher, contra negro, contra tudo [...] Mas é uma pessoa também que eu não tenho nem quero mesmo aproximação, e foi dito assim de todas as letras. Isso é para quem? Ou seja, para quem é de terceira classe, né? Acho que essa era a mensagem, sabe? Pensando essa pessoa que ela era de primeira classe, que não é, absolutamente. Isso (a proposta) rolou muito tempo na comissão de ensino, demorou muito. Eu ia, eles me chamavam: “isso aqui, quer dizer o quê?”, “você pode elaborar melhor?”, eu: posso. Então, até que foi aceito, mas depois de muito tempo, eu estava quase desistindo: sabe de uma coisa? Eu tinha feito a minha parte! Se não querem, eu também não posso sofrer com isso não. Eu não sabia o que era para fazer, porque se a gente faz uma abertura de semestre com um tema desse e não muda nada, não adianta fazer (Dandara dos Palmares).

O episódio evidencia como o reconhecimento acadêmico pode ser condicionado por disputas raciais, especialmente no campo curricular. Ao propor a inclusão de autores negros, a professora confronta o cânone eurocêntrico, desencadeando uma reação de deslegitimação que associa sua proposta à falta de relevância intelectual. Trata-se de uma tentativa de reestabelecer hierarquias raciais, na qual sua posição como mulher negra é mobilizada para questionar sua autoridade acadêmica.

Essa dinâmica se articula ao que emerge também na fala de Luísa Mahin, ao destacar o incômodo de colegas homens brancos diante de sua posição de autoridade: “Porque ser mulher negra é o oposto do ser homem branco”. [...] “como você está aí!?”, “você não pode falar e eu tenho que ouvir” (Luísa Mahin).

A partir de Collins (2016), esse processo pode ser compreendido por meio das “imagens de controle”, que operam na regulação do comportamento e das possibilidades de atuação das mulheres negras. Ao romper com essas expectativas e afirmar sua posição intelectual, Dandara dos Palmares desafia estruturas de poder que sustentam essas hierarquias.

Além disso, sua atuação se aproxima do que bell hooks (2013) denomina pedagogia engajada. Ao se mobilizar a partir de experiências formativas e das demandas dos estudantes, a professora propõe uma transformação curricular comprometida com a justiça racial. No entanto, como aponta hooks, práticas pedagógicas críticas frequentemente encontram resistência institucional.

Nesse sentido, Carneiro (2023) destaca que estratégias como negação, dúvida e não acolhimento funcionam como mecanismos de exclusão, operando como “convite à desistência e estímulo ao fracasso acadêmico” (p. 110). A demora de dois anos para aprovação da proposta curricular evidencia que o racismo não se manifesta apenas em atos individuais, mas também por meio de práticas institucionais. A burocratização excessiva e a ausência de resposta efetiva da instituição configuram formas de racismo institucional, que operam independentemente da intenção explícita de discriminar.

Como afirma Bento (2022), não é apenas com base nos atos de discriminação que se constata o racismo de uma instituição, mas a partir do seu quadro de funcionários e liderança, base curricular, livros didáticos e planos de aula que representam e dialogam exclusivamente com apenas um grupo racial:

É na escolha exclusiva perspectivas teóricas e metodológicas eurocêntricas que se manifesta a branquitude. Elementos da cultura negra e indígena quando presentes no currículo não são reconhecidos ou são estigmatizados (Cida Bento 78).

Assim, a deslegitimação não se limita ao episódio relatado, mas se insere em uma estrutura mais ampla, na qual a produção intelectual negra é sistematicamente questionada. A afirmação de que a proposta seria de “quem não tem importância na universidade” não apenas desqualifica a ideia apresentada, mas busca desautorizar a própria professora enquanto sujeito de conhecimento. Apesar disso, a continuidade de sua atuação revela estratégias de afirmação intelectual. Ao insistir na proposta e manter seu compromisso com a educação crítica, a professora reafirma sua posição no campo acadêmico.

Quando ela fala: “eu não ia perder meu tempo respondendo uma pessoa que não sabe nem o que está dizendo, e sabe né. Porque aí vem o preconceito contra mulher, contra negro, contra tudo” e “pensando essa pessoa que é de primeira classe, que não é, absolutamente” a professora dialoga com Collins (2016), ao mostrar que a suposta superioridade branca é construída apenas a partir da opressão do racismo. No entanto, ainda que os efeitos da violência simbólica não sejam anulados, sua recusa em naturalizar a situação em manter proximidade do colega agressor evidencia um movimento de preservação de sua dignidade.

Por fim, a análise dos relatos permite compreender que o currículo se constitui como um espaço de disputa simbólica. A predominância de perspectivas eurocêntricas e a dificuldade de inserção de autores negros revelam como o racismo institucional se materializa na organização do conhecimento. Como destaca Bento (2022), a branquitude se expressa na seleção de referências, metodologias e conteúdos, que privilegiam determinados grupos, enquanto marginalizam outros.

Assim, mesmo em áreas como as Ciências Sociais e a Educação, marcadas pelo discurso crítico, a inclusão de perspectivas negras encontra resistências que se manifestam tanto em práticas explícitas quanto em mecanismos institucionais mais sutis. Essas dinâmicas impactam diretamente o reconhecimento das professoras negras e causam desgaste psicológico.

2.3 Sofrimento psíquico e a importância das redes de apoio como estratégias de resistência

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências e compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Neuza Santos Souza, 2021, p. 46).

A citação elucidada como os processos simbólicos vivenciados pelas professoras negras no interior da academia podem ser extremamente violentos, produzir desgaste físico e psicológico, quase desistência e sensação de isolamento, levando ao sofrimento psíquico. Mas revela também o compromisso e a força dessas professoras em se autodefinir e recriar-se a partir de suas potencialidades, como pode ser observado no relato a seguir:

[...] Eu vim para a universidade e não pensei que morro de amor por isso aqui não, isso aqui me adocece. Mas eu tinha um propósito, essa é a minha missão de vida, é no que eu acredito e a forma como acredito que posso influenciar o mundo [...]. Para conseguir aguentar, é muita terapia, meu bem, muita terapia, muito floral e muita macumba. Macumba é pra por mesmo, tá!? Porque não é brincadeira não. É perverso, é muito mesmo. Então, eu tenho todo um aparato psicológico, tenho grupos de apoio, porque uma coisa é certa, quem trabalha com esses temas não adianta querer trabalhar sozinho. Não acontece o trabalho solo, porque senão a gente não aguenta. Então, é preciso as redes de apoio. Por exemplo, o GEPERGES ²que é um grupo de estudos que a gente já tem há mais de 10 anos, é um grupo de apoio, é uma rede de apoio para a gente (Aqualtune).

É possível compreender a progressão interna no relato da professora, que descreve que foi para a docência universitária, mas esse ambiente a adocece. Ela não está falando sobre uma fragilidade individual, mas do sofrimento psíquico causado por esse processo de deslegitimação e exclusão que impacta em sua saúde mental, principalmente por trabalhar temáticas raciais. Para Neusa Santos Souza (2021), uma das formas de exercer autonomia em um contexto racista é possuir um discurso próprio sobre si, no relato da professora é possível identificar essa estratégia enquanto ferramenta para resistir “eu tinha um propósito, essa é a minha missão de vida”, evidenciando a sua autonomia, autodefinição e seu compromisso em resgatar a história e contribuição negra. Para Patricia Hill Collins (2016), a autodefinição das mulheres negras envolve desafiar as imagens estereotipadas criadas socialmente sobre elas (Souza, 2021; Collins, 2016).

A professora segue e fala sobre as estratégias de resistência para permanecer em seu propósito: “para conseguir aguentar, é muita terapia, muito floral e muita macumba, macumba é para por mesmo, porque é perverso, é muito mesmo. Então tenho todo um aparato psicológico” A professora evidencia o desgaste psicológico e emocional de ser uma professora negra de religião de matriz africana em uma academia que a invisibiliza. No entanto, ao assumir esse posto, ela também se autodefine, desafiando a hegemonia branca e rejeitando a estigma negativa das religiões de matriz africana e destaca que perverso é o racismo e as violências simbólicas que ela enfrenta na academia. Para Sueli Carneiro (2023), os estigmas sobre as religiões de matriz africana são uma manifestação de epistemicídio sobre as populações negras e indígenas, uma vez que o racismo busca deslegitimar e exterminar essa religiosidade e seus conhecimentos ancestrais.

² Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero e Sexualidades Audre Lorde.

A articulação das violências simbólicas vivenciadas pelas professoras negras, sobretudo aquelas que desafiam as normas racistas da academia, promove cansaço emocional e psicológico, que se evidencia também no relato de outras professoras, como visto no capítulo “Relação com os pares e a instituição”. Os relatos de ambas as professoras, mostram que quando elas assumem o compromisso explícito de enfrentamento ao racismo, as consequências são silenciamento e solidão acadêmica (Lima e Freitas 2021). Dessa forma, observa-se a articulação do dispositivo de racialidade, que através de práticas epistemicidas deslegitima as professoras negras e sua produção de conhecimento, não conferindo o seu devido reconhecimento. Para Carneiro, os impactos psicológicos e emocionais decorrentes desse processo são o produto esperado pelo epistemicídio, que busca “controlar mentes e corações” a partir da racialidade (Carneiro, 2023, p. 110).

Apesar do impacto dos processos de deslegitimação, o relato mostra que a professora usa como estratégia a autodefinição, assumindo com orgulho a sua identidade negra, sua ancestralidade e sua intelectualidade. A partir dessa autodefinição, ela articula conhecimentos científicos e ancestrais como estratégias de resistência no espaço acadêmico.

Complementarmente, o relato evidencia importância das redes de apoio, pois “não adianta querer trabalhar esses temas sozinho”, de acordo com bell hooks (2013), é de extrema importância que intelectuais negros que estão em ambientes predominantemente brancos se engajem em coletivos de pessoas negras. A autora também destaca a importância de construir uma comunidade pedagógica, na qual os professores negros e brancos dialoguem em busca de um conhecimento libertador, em combate as opressões em prol da transformação social.

No relato da professora, observa-se que ela faz uso dessa estratégia de sobrevivência ao mencionar o grupo de estudos GEPERGES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero e Sexualidade Audre Lorde como uma rede de apoio. O grupo de estudos atua como uma rede de apoio coletiva, em que professores e alunos podem se reconhecer enquanto comunidade e construir conhecimento crítico, reconhecimento e buscar práticas que promovam transformação social. Além disso, grupos de estudo e pesquisa voltados para cultura e história afro-brasileira como o GEPERGES são o principal (senão o único) espaço onde os estudantes têm o contato com referenciais teóricos negros. Nessa construção, a relação com os estudantes se

mostra como uma estratégia de resistência mútua entre as professoras negras e os alunos negros na academia atravessada por hierarquias raciais.

3. ENSINANDO A TRANSGREDIR: A INTERAÇÃO COM OS ESTUDANTES

A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que o nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informações, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e íntimo (bell hooks, 2013, p. 25).

A citação traduz o modo como as professoras negras vivenciam a sua interação com os alunos e como o reconhecimento é construído nessa relação. A percepção das professoras sobre o seu reconhecimento intelectual na interação com os alunos e revela que existe uma relação mútua de reconhecimento intelectual, principalmente com os estudantes negros. Em seus relatos, é possível observar a responsabilidade e preocupação das professoras em relação ao que estão ensinando aos alunos e como elas constroem o conhecimento: “Quando dou aula, eu me preocupo muito com o cuidado com o aluno. Preocupo-me muito com o que é que estou dizendo, em qual exemplo estou dando para eles” (Dandara dos Palmares).

Nesse sentido, elas buscam estimular a reflexão crítica e a conscientização, buscando a diversidade racial de autores na grade curricular, como tratado no capítulo anterior “Relação com os pares: pertencimento e racismo institucional”. Além disso, os relatos também mostram que elas percebem a importância de sua representatividade para os alunos negros, contribuindo para a autoestima desses estudantes. Como consequência dessa dinâmica, elas relatam sua percepção sobre o reconhecimento por parte dos estudantes, sobretudo dos alunos negros:

“Bom, aqui dentro da universidade, a gente percebe esse reconhecimento por parte dos estudantes negros. E, a gente entende esse lugar de reconhecimento de que o sujeito, também, se vê como possível [...] quando ele está construindo essa identidade, também. E, ajudando na construção da comunidade de outras pessoas. Então, o ser docente, mulher negra, numa universidade, tem um lugar de reconhecimento. Mas, tem um lugar de não reconhecimento, também.” (Tereza de Benguela).

“Acho que a minha produção tem um impacto significativo em relação aos alunos. Pelos retornos que tenho, pela manifestação de afeto, pelas mensagens que recebo depois de agradecimento. Então, vejo que essa forma de transmitir conhecimento sem estar num lugar de um poder hierárquico, partindo dos pressupostos afro-indígenas, partindo do pressuposto da coletividade, isso traz muito os alunos e alunas para perto de mim. Então, o

impacto com os alunos, eu, modéstia à parte, posso dizer que sim.” (Aqualtune).

Para bell hooks (2013), esse reconhecimento ocorre porque existe um impacto significativo na forma como o conhecimento é passado por professores brancos e por professores negros. Pois a academia não é atualizada, então muitos professores brancos não se preocupam em desconstruir as hierarquias e opressões raciais e de gênero vivenciadas socialmente³. Como resultado, o conhecimento construído em sala de aula acaba reforçando estereótipos e perpetuando as desigualdades materiais e simbólicas. No entanto, quando as professoras negras assumem a docência, elas tendem a praticar uma pedagogia engajada e antirracista. Nesse sentido, elas atuam tanto como figuras de representatividade intelectual e positiva, quanto através de suas práticas, constroem com os alunos um conhecimento crítico.

A pedagogia engajada teorizada por bell hooks (2013) e praticada pelas professoras considera os alunos enquanto sujeitos de conhecimento e pela busca consciente por promover educação crítica e como prática da liberdade. Para a autora, a educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender, mas é mais fácil para aqueles que acreditam que a docência tem um aspecto sagrado, cujo trabalho não é apenas transmitir conteúdo, mas produzir conhecimento coletivamente, participar do crescimento intelectual e espiritual dos alunos, ensinar de um jeito que respeite e proteja a alma dos alunos. Nos relatos de ambas as professoras é possível identificar esses princípios em suas práticas docentes e o reconhecimento mútuo que ocorre nessa interação.

Observa-se também que a docência aparece como autoafirmação intelectual, quando essas mulheres negras se autodefinem enquanto acadêmicas, assumindo seu posto de intelectualidade. Entretanto, ao assumir esse lugar, as professoras desafiam as hierarquias de raça estabelecidas socialmente e percebem também que alguns alunos têm dificuldade em reconhecer-las enquanto autoridade intelectual, como observado no relato da Tereza de Benguela e aparece também no relato da Luísa Mahin, que percebe essa distinção:

“Há sem dúvida, a associação de que a pessoa negra não está nesse lugar de importância de poder, de liderança e do não reconhecimento da nossa capacidade intelectual. Isso, realmente, acontece. E, não acontece de forma só explícita, não. Isso é percebido no momento que o sujeito se espanta

³ Como visto no capítulo “Relação com os pares e a instituição” existe uma resistência dos professores brancos em celebrar práticas antirracistas.

quando você diz que é professora. Quando entra e não lhe reconhecem como professora. E, sem nenhuma dessas situações, nos olhares, nas percepções que a gente está, além daquele momento. Mas, é um lugar desafiador. E, desafiador, é sempre muito bom, também. Pode parecer, até, também, abruptamente, desgastante. Mas, também, traz um lugar da própria construção da nossa identidade.” (Tereza de Benguela).

“E o reconhecimento, eu acho que é um percurso, é uma coisa que vai sendo construída e tem a ver, não necessariamente com o público, mas como eu me sinto fazendo o que eu faço. Então, eu gosto do que eu faço, eu me interessar pelo que eu pesquiso, pelo que eu leio e acho a minha presença importante nos lugares. Então, eu não faço só por mim, eu faço por outras pessoas, mas fundamentalmente porque eu sinto que eu quero e que eu gosto de fazer isso. Então, eu faço, mas o reconhecimento acontece no cotidiano, principalmente na sala de aula, quando eu vejo pessoas que se identificam muito. É, “nossa, não acredito, é uma professora preta, que fala, que se comunica, dizem que a aula é diferente, que nunca viu nada igual”. Então, eu estou nesse lugar que os alunos me amam ou me odeiam, porque ao mesmo tempo que tem muitos alunos que me amam, tem um pessoal que não gosta de ver mulher preta em um lugar de autoridade. E isso é muito visível, é muito escancarado.” (Luísa Mahin).

O relato das professoras mostra a sua percepção sobre a existência contraditória entre reconhecimento e deslegitimidade de sua autoridade intelectual na academia. Em que se compreende que o reconhecimento intelectual ocorre principalmente na interação com os estudantes negros. Esse reconhecimento contribui como estratégia de sobrevivência para ambos, permitindo que os alunos se identifiquem e se reconheçam também nesse espaço acadêmico, promovendo pertencimento e ampliação do horizonte de possibilidades. No entanto, esse reconhecimento simbólico para com os estudantes negros não se converte em legitimação institucional plena da autoridade intelectual dessas professoras. A Luísa Mahin relata que está em um lugar que os alunos negros amam ter uma professora negra, contrariamente, outros alunos “não gostam de ver mulher preta em um lugar de autoridade” e que essa deslegitimação ocorre muitas vezes, de forma explícita.

Complementarmente, a professora Tereza de Benguela relata que esse questionamento de da sua autoridade intelectual ocorre de forma explícita: pessoas se espantam quando ela diz que é professora, mas ocorre também de forma implícita, nos olhares constantes de invalidação. Conforme Sueli Carneiro (2023), isso ocorre porque mesmo quando a mulher negra alcança o domínio sobre o paradigma hegemônico, ela está sujeita ao epistemicídio, que é a sua invisibilização enquanto sujeito detentor e produtor de conhecimento.

Complementarmente, o relato das professoras Aqualtune e Dandara no capítulo “Relação com os pares: pertencimento e racismo institucional” na busca pela

inclusão de autores negros mostra que para as professoras negras, o conhecimento não deve ser apenas performático, ele precisa ser incorporado às práticas institucionais em busca de mudanças práticas. Essa postura revela a sua pedagogia engajada e se revela quando Dandara fala que foi movida pelo interesse em criar a proposta de inclusão de autores negros, após participar de uma aula inaugural sobre racismo e, também, após ver presenciar o questionamento de estudantes negros sobre a ausência de autores negros no currículo. A sua preocupação mostra o seu compromisso com a educação crítica e a “práxis” de agir e refletir sobre o mundo, em busca de modificá-lo (hooks, 2013, p. 26). Ela não ignora o questionamento dos alunos, ao contrário, considera a assimetria epistemológica e racial questionada por eles e toma a atitude de criar a proposta em seu departamento. Assim como na fala da Aqualtune.

4. CONCLUSÃO

“A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade” (bell hooks, 2017, 243).

A citação de bell hooks expressa bem a trajetória das professoras e seus processos de reconhecimento na academia: atravessado por violências e possibilidades. A pesquisa teve como objetivo responder a questão “como as professoras negras da UFRPE vivenciam e interpretam os processos de reconhecimento na universidade?”, buscou responder a questão a partir da percepção das professoras sobre sua interação com os colegas e com a instituição e com os estudantes. A partir dos relatos foi possível compreender que o reconhecimento é atravessado por hierarquias que interseccionam raça, gênero, classe, religião e sexualidade. De modo que, essas intersecções influenciam a forma como cada professora negra vivencia e interpreta o seu reconhecimento na universidade. Situações de epistemicídio e racismo institucional também atravessam seu processo de reconhecimento: quanto mais distante a professora negra está material e simbolicamente dos valores brancos sobre epistemologia, religião e sexualidade, menos reconhecimento e mais deslegitimação ela vivencia. Nesse sentido, professores brancos quando aliados, podem se tornar figuras importantes na desconstrução dessas assimetrias e atuar como agentes de transformação.

Dentre as quatro professoras entrevistadas, a percepção sobre o reconhecimento e valorização satisfatório foi identificada em uma das professoras, que relatou vivenciar uma trajetória de reconhecimento mútuo na relação com os demais professores, a instituição e os estudantes. Nesse sentido, ela falou sobre ser eleita pelos colegas para ocupar cargos de liderança institucional, e sobre a felicidade em momentos que recebeu homenagens dos colegas, do departamento e dos estudantes. Foi possível compreender a importância desse reconhecimento na construção do senso de pertencimento da professora com os colegas e com a instituição. Entretanto, em determinado momento, a professora percebeu ser

atravessada pela deslegitimação quando propôs a inclusão de autores negros na grade curricular do seu curso.

Já as demais professoras relataram que situações de deslegitimação ocorrem frequentemente nessa interação e relataram não perceber reconhecimento na relação com os colegas e com a instituição. Essa dinâmica de exclusão reforça o não pertencimento e afeta de forma violenta a saúde emocional e psicológica das professoras. As dinâmicas com colegas e a instituição são marcadas pela ausência de reconhecimento e se expressam na ausência de engajamento dos colegas sobre sua produção científica, nos olhares de dúvida e na invisibilização imposta. Além disso, elas reconhecem a atuação do epistemicídio na academia através de dinâmicas de silenciamento, questionamento e invalidação.

Em contrapartida, os processos de reconhecimento ocorrem principalmente na interação com os alunos, sobretudo, com os estudantes negros. As professoras relataram perceber o impacto de sua representatividade na autoestima desses estudantes, que também passam a se ver nesse posto de intelectualidade. Esse reconhecimento mútuo surge também como estratégia de sobrevivência na academia, tanto para as professoras quanto para os estudantes negros.

A posição de estrangeira interna de seu grupo, permite que as professoras negras tenham uma melhor percepção sobre as opressões interligadas na academia. Essa percepção influencia o modo como as professoras produzem conhecimento e também em suas práticas pedagógicas. O cenário apresentado pelas professoras negras mostra que elas buscam se afirmar intelectualmente a partir de estratégias como prática da educação crítica e pedagogia engajada.

Essa postura, por sua vez, as deixa ainda mais excluídas dentro do seu grupo. Elas, em contrapartida, se fortalecem desenvolvendo novas estratégias de afirmação e pertencimento. Nesse sentido, as professoras negras unem-se a outros professores negros e professores brancos antirracistas na construção de “comunidades pedagógicas”, em que são formados grupos de estudo e pesquisa que abordam as temáticas raciais e buscam promover pluralidade de conhecimentos e combate as opressões, na inclusão curricular de autores negros. Assim, foi possível compreender que embora a academia seja atravessada por hierarquias de poder, dentro dela, existem possibilidades.

O estudo contou com a participação de quatro professoras negras da UFRPE, embora todas fossem mulheres negras, entre elas haviam intersecções de cor de pele, religião e sexualidade. Embora essas intersecções impactem significativamente a trajetória das docentes, o estudo centralizou a análise em compreender as percepções das professoras sobre seu reconhecimento na academia.

Desde o início da pesquisa, busquei base em teóricas negras, nesse sentido, as principais dificuldades foram o acesso às teorias, pois como apresentado, a grade curricular não contempla o pensamento teórico negro exigindo que o pesquisador desenvolva estratégias individuais para acessar o material, tanto os livros, quanto as aulas sobre as teorias.

Na esfera simbólica, as dificuldades estão relacionadas a temática. Primeiro, porque a baixa representatividade de autores e principalmente autoras negras na grade curricular dificulta o acesso a essas teóricas e seus pensamentos. Em diversos momentos, conversando com professores brancos, eles demonstravam não conhecer os referenciais teóricos utilizados e algumas vezes, apresentaram resistência na compreensão das teorias. Então, os obstáculos de um currículo eurocêntrico se fazem presente tanto na dificuldade de acesso ao pensamento de teóricas negras, quanto na validação dessas teorias na academia. Quando professores brancos leem autorias negras, passam a conhecer outras perspectivas epistêmicas e ampliam suas percepções. A inclusão dessas perspectivas no currículo pode contribuir com a construção de um conhecimento mais plural.

Quanto à coleta e análise, o percurso foi ainda mais delicado, porque ao buscar compreender como as professoras negras vivenciam e interpretam o seu reconhecimento na academia, a pesquisa mergulha em um campo sensível. Primeiro, porque entra no universo das questões subjetivas, emocionais e psicológicas das professoras, tornando-as vulneráveis por reviver momentos de reconhecimento, valorização e senso de pertencimento, mas também momentos de desvalorização e exclusão. Desse modo, é necessário que o pesquisador tenha responsabilidade ao abordar essas questões, considerando os impactos psicológicos.

Segundo, pelos impactos sociais, uma vez que as professoras negras já vivenciam relações complexas entre os pares e conforme apresentado em seus relatos, a academia não celebra quando intelectuais negras buscam romper as

hierarquias de opressão na universidade, então mecanismos de questionamento e exclusão podem se articular de maneira mais intensa.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcela. SILVA, Gustavo Simas da. **Trajetórias de mulheres negras no ensino superior: barreiras, conquistas e caminhos para avanço**. Revista Aracê v.7, n. 7, 2025.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2011.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude**: o lado oculto do discurso sobre o negro In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162).
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Editora Zahar, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. **Se perdeu na tradução?** Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jun. 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2025.
- DU BOIS, W. E. B. **As almas do povo negro**. Tradução de Alexandre Boide. São Paulo: Veneta, 2021
- GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- LIMA, Caroline de Araujo. FREITAS, Rosineide Cristina. **Ainda somos poucos!?** Invisibilidade e silenciamento de docentes negras (os) nas universidades. Abatirá – Revista de Ciências Humanas e Linguagens. v.2 n.3. Jan. – Jul 2021. P. 1 - 524.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007).
- MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EDUFF, 2004
- NASCIMENTO, Tainah Mota do. **Para cada excelência negra há uma mediocridade branca**: docentes negras na pós-graduação brasileira. Porto Alegre, 2025.

NUNES, Adelina Malvina Barbosa. DINIZ, Margareth. **Branquitude e suas expressões na carreira de Magistério Superior**. Abatirá – Revista de Ciências Humanas e Linguagens. v.2 n.4. Jul. – Dez 2021. P. 1 - 861.

SOUZA, Bruna Gonçalves. **A trajetória de docentes negras no labirinto de cristal: reflexões sobre a universidade a partir da interseccionalidade**. Juiz de Fora. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

INSTRUMENTO DE COLETA

Pesquisa Professoras negras da UFRPE e seus processos de reconhecimento na academia

Pesquisadora responsável: Alinne Mayara Barbosa de Moraes

Orientadora: Júlia Benzaquen

Trajetória Acadêmica e Ingresso na UFRPE

1. Poderia contar um pouco sobre sua trajetória acadêmica até chegar à UFRPE?
2. Quais foram os principais desafios e apoios que marcaram esse percurso, especialmente no ingresso na docência universitária?

Produção de Conhecimento

3. Quais as suas principais áreas de pesquisa e como você percebe o seu reconhecimento dentro da UFRPE e fora dela?
4. Como você descreveria sua experiência como professora negra na UFRPE?
5. Como você percebe a representação de professoras negras na UFRPE e no ensino superior federal?

Valorização Institucional da UFRPE

6. Você identifica que a UFRPE possui políticas, iniciativas e/ou incentivos institucionais (editais, programas de extensão, apoio a publicações e cargos de gestão) que contribuem para dar visibilidade ao trabalho de professoras negras? Poderia falar sobre?
7. Quais estratégias você utiliza para enfrentar barreiras institucionais ou acadêmicas e se reafirmar como intelectual? Quais políticas ou práticas você acredita que a UFRPE poderia implementar nesse sentido? Que impactos a adoção dessas políticas poderia ter?

Estratégias de Transformação

8. Como você acredita que suas pesquisas e atuação na docência contribuem para o fortalecimento do antirracismo na academia e para ampliar a presença de mulheres negras nas ciências?
9. Você conhece o conceito de Epistemicídio de Sueli Carneiro? Na sua percepção, ele faz sentido para explicar a vivência de professoras e mulheres negras na universidade? Por quê?
10. Algo a mais que você gostaria de acrescentar a respeito dessa temática e que não foi perguntado?

Agradecemos a sua participação, muito obrigada por colaborar com a pesquisa!